

# Brasil pode ficar fora do plano da dívida

*Extra*

Ao anunciar como será a estratégia para a redução da dívida, o subsecretário do Tesouro americano informou que Venezuela e México deverão se beneficiar primeiro.

México e Venezuela são os dois primeiros países latino-americanos que poderão beneficiar-se do novo plano norte-americano para a dívida externa, anunciou ontem em Washington o subsecretário do Tesouro, David Mulford. O Brasil, porém, não será beneficiado de imediato, segundo ele, já que "está em situação diferente, porque completou suas negociações recentemente".

Apesar desta informação de Mulford, o jornal **Washington Post** afirmou em editorial, ontem, que o Departamento do Tesouro está trabalhando com a hipótese de uma redução de até 30% da dívida nos próximos anos e que o Brasil poderia ser beneficiado com uma quebra de US\$ 34 bilhões no valor do principal. Para toda a América Latina, a redução seria de US\$ 130 bilhões — o México se beneficiaria com US\$ 29 bilhões; Argentina, US\$ 17 bilhões e Venezuela, US\$ 9,6 bilhões. As reduções seriam de US\$ 5,7 bilhões no Chile; US\$ 4,8 bilhões no Peru; US\$ 4,8 bilhões na Colômbia; US\$ 3,1 bilhões no Equador e US\$ 1,2 bilhão no Uruguai.

Segundo Mulford, os Estados Unidos esperam "poder implementar a nova estratégia em alguns meses". Antes dele, o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, afirmou que se deve agir com rapidez: "Não nos sobra muito tempo. Se ontem foi a Venezuela, amanhã poderá ser o México", disse, referindo-se aos recentes confrontos entre populares e forças policiais que deixaram mais de 300 mortos na Venezuela.

Esses dois países poderão ser os primeiros beneficiados, segundo Mulford, porque seus governos estão decididos a aplicar programas sérios de reforma econômica e também porque encontram-se no início das negociações com os seus credores. O Chile, afirmou, "fez bastante no terreno da redução da dívida e creio que também poderá usar com muita efetividade" os novos esquemas.

À pergunta feita a Mulford sobre se o Brasil não quererá anular seu acordo com os bancos credores, o subsecretário disse não acreditar nesta hipótese. "O pacote brasileiro tem um importante mecanismo de redução de dívida, que são os **exit bonds** (títulos de saída). Também tem um programa de conversão de dívida em investimentos. Os brasileiros manterão o pacote porque há vantagens a ganhar, imediatamente", Mulford afirmou. Apenas depois disso, "com as mudanças feitas, o Brasil pode pleitear novas oportunidades. Agora, teria pouco a ganhar se suspender as operações, para adotar uma atitude de espera", ele acrescentou.

## Como será

David Mulford detalhou, no encontro com a imprensa internacional, a estratégia para a redução das dívidas: 1) os países selecionados receberão créditos do Japão para elevar o valor de suas reservas em moeda estrangeira, visando manter as importações em níveis compatíveis com as necessidades de desenvolvimento nacional; 2) redução do volume da dívida de países que, como México e Venezuela, adotaram reformas econômicas firmes, aprovadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird) e que demonstram capacidade de reverter a evasão de capitais, repatriando-os; 3) as primeiras medidas começariam pelo direito de usar, provavelmente, 25% dos créditos do Bird e do FMI para a compra de títulos da dívida no mercado secundário, onde são cotados em mais de 50% abaixo de seu valor nominal; 4) formação de um novo fundo no Bird e no FMI com os recursos atualmente provisionados para o caso de não pagamento dos juros e do principal da dívida.

Em sua entrevista, Mulford fez questão de ressaltar, no entanto, que estas são "ideias e sugestões" e não um plano acabado. Em nenhum momento admitiu que o plano devesse contar com a assinatura do presidente George Bush, como foi o caso do recente plano para resgatar o sistema de poupança americano.

Oficialmente a Casa Branca informou — através do subsecretário de imprensa, Roman Papaduick — que "não se tomou uma decisão final em termos da dívida do Terceiro Mundo". Na Europa, os secretários de Finanças da região saudaram como bem-vindos todos os passos para reduzir o endividamento dos países em desenvolvimento.



Reuter